

terial e espiritualmente, diante dos trabalhadores manuais.

IV. Nossas observações críticas, pois, centraram-se na questão dos agentes sociais interessados na revolução socialista e capazes de dirigir essa revolução. Tema correlato a esse que discutimos é a concepção de socialismo de Gorender, que comporta a perenidade do Estado, do mercado e da divisão entre trabalho manual e trabalho não-manual. É claro

que o objetivo (socialismo com Estado e com manutenção dos técnicos e administradores no posto de comando) está organicamente ligado aos meios (a classe dos assalariados intelectuais, e não operariado, como força dirigente da revolução). Mas o espaço não permite que prolonguemos a discussão. Ficam as observações acima como uma contribuição para a polêmica que este importante livro está atualmente suscitando nos meios de esquerda.

Ricardo Antunes

Os sentidos do trabalho — ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.
São Paulo, Boitempo, 1999.

Isabel Loureiro (professora do Departamento de Filosofia da Unesp, campus de Marília)

Em face dos intermináveis ataques que os trabalhadores vêm sofrendo no mundo inteiro é muito bem vindo o novo livro de Ricardo Antunes, uma reflexão ampla e rigorosa dando prosseguimento ao seu livro anterior (*Adeus ao trabalho?*, São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995), e que visa mais uma vez mostrar como o trabalho continua no centro da sociabilidade contemporânea. A defesa dessa tese é feita tanto no plano empírico quanto no teórico, os quais se interpenetram continuamente ao longo do texto — como vamos procurar expor aqui rapidamente.

Apoiado em Mészáros (*Beyond Capital*), Antunes mostra que no “sistema de metabolismo social do capital” (p. 23) prevalece a subordinação do valor de uso ao valor de troca, ou seja, nesse sistema todas as necessidades sociais devem es-

tar subordinadas à expansão e acumulação do capital (donde seu dinamismo), sendo por isso “ontologicamente incontroleável” (p. 23) e minado por uma crise estrutural que, nos seus próprios termos, não tem solução. Na medida em que, para se reproduzir, o capital precisa do trabalho, “sujeito real da produção” (p. 25), não é possível pensar num processo produtivo capitalista totalmente automatizado e sem trabalhadores.

Outra faceta da crise é que esse sistema totalizante e incontroleável “assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva” (p. 25), que se acentuou no capitalismo contemporâneo e deu origem ao que Mészáros chama “taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas” (p. 25). Uma mercadoria pode não ter utilidade alguma, jamais ser usada, e

mesmo assim contribuir para a expansão e reprodução do capital. Dessa subordinação do valor de uso ao valor de troca decorre a redução da vida útil das mercadorias e a agilização do ciclo reprodutivo do capital, sendo este um “dos principais mecanismos graças ao qual o capital vem atingindo seu incomensurável crescimento ao longo da história” (p. 26).

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que ocorre a partir do início dos anos 1970, nada mais é que a manifestação dessa profunda “crise estrutural do capital” (p. 27) contra a qual este começou a se reorganizar econômica, ideológica e politicamente, visando retomar os padrões de acumulação posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. Desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, expansão e liberalização dos capitais financeiros, novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, novas formas de domínio científico e técnico são alguns dos componentes do receituário neoliberal adotado contra a crise o qual, entretanto, não teve a eficácia esperada. Trabalho precário, desemprego, aumento da jornada de trabalho, destruição da natureza em escala mundial foram as consequências dessa forma de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, entre os quais se destaca o toyotismo ou modelo japonês (empresas “enxutas”, “qualidade total”, mão-de-obra qualificada, etc.) adotado com o objetivo de retomar o ciclo reprodutivo do capital. O toyotismo foi mais uma invenção (desta vez *made in Japan*) para intensificar a exploração do trabalho e cortar trabalhadores.

Na visão de Ricardo Antunes, e aqui

vemos a dialética em ação, a nova fase de acumulação do capital, como este se reestrutura e por que o faz, decorre, por um lado, da derrota das lutas operárias contra o fordismo nos anos 1960/1970 e, por outro, das necessidades do próprio capital. Ou seja, Antunes sempre expõe como um determinado fenômeno resulta simultaneamente da luta de classes e do desenrolar da lógica interna do capital, ou seja, da conexão entre economia e política. Dou apenas um exemplo: “O enorme salto tecnológico, que então se iniciava [nos anos 70], constituiu-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que aflorava nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopolística” (p. 44). Em outras palavras, para Ricardo Antunes o desenvolvimento capitalista não é o desenrolar automático de um sujeito chamado capital que, corroído por suas próprias contradições internas, chegou ao seu limite. Ao contrário, ele sempre aponta o espaço da política, lembrando continuamente a resistência dos trabalhadores às novas formas de exploração a que são submetidos, exemplificada, entre muitos outros casos, pela histórica greve dos doqueiros de Liverpool (set. de 1995 a fev. de 1998).

A Inglaterra, país onde os trabalhadores sofreram as maiores derrotas – mantendo-se como já ocorrera no século XIX na vanguarda das novas formas de exploração do trabalho – é longamente estudada no capítulo V, um dos mais interessantes do livro. Tendo servido de laboratório na implantação do neoliberalismo europeu, primeiro no es-

quema clássico, quando, destruindo a experiência operária e trabalhista anterior, introduziu práticas de reestruturação produtiva do capital, e mais recentemente com a Terceira Via de Tony Blair (que se limita a seguir o receituário conservador, preservando, entre outros ingredientes indigestos, a legislação que flexibiliza o mercado de trabalho), a Inglaterra é o exemplo mais claro das tendências do capitalismo contemporâneo. Na palavra de ordem “moderninha” de Blair: “flexibilização sim, porém com *fair play*” (Congresso do New Labour, 30/09/97, p. 96).

Um dos pontos altos do livro é a exposição, com grande riqueza de detalhes, dos resultados de pesquisas feitas na Inglaterra, que mostram de que forma os trabalhadores reagiram ao novo sistema de trabalho importado do Japão. Tanto nas empresas do ramo automobilístico, Nissan e Ikeda Hoover que implantaram o *just-in-time*, quanto na Choc-Co, do setor de alimentos, que implantou o *team work*, o que se percebe é que não existe aceitação espontânea desses novos métodos, mas apenas um comportamento pragmático de quem necessita manter-se empregado. Além disso, as greves, entre meados de 1995 e início de 1996, na Vauxhall Motors, mostraram claramente como os trabalhadores resistiram aos “novos sistemas produtivos”, tendo conseguido diminuir de 39 para 38 horas a semana de trabalho. Ou seja, não há “envolvimento” dos trabalhadores na fábrica nem cooperação espontânea com o capital. Aliás, esse pseudo-envolvimento dos trabalhadores “tem se constituído muito freqüentemente em maior intensificação do ritmo de trabalho” (p. 86). Não se pode esquecer que a “aceita-

ção” dessas novas regras ocorre num clima de desemprego acentuado que obriga o trabalhador a submeter-se. O mais chocante, no caso da Inglaterra, são os dados que confirmam o aumento da jornada de trabalho na última década.

Se por um lado as pesquisas empíricas desmentem a aceitação por parte dos trabalhadores dos novos métodos de exploração “mais humanos”, por outro, revelam que as mutações sofridas pela classe trabalhadora nas últimas décadas estão a exigir uma renovação conceitual que permita captar o caráter heterogêneo dessa classe (trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, trabalhadores nacionais e imigrantes, qualificados e desqualificados, de raças diferentes etc.). Com esse objetivo, Antunes volta a utilizar o sugestivo conceito de “classe-que-vive-do-trabalho”.

Contra a idéia de que a classe trabalhadora está em extinção, Antunes propõe uma noção ampliada de classe trabalhadora que incorpore a totalidade dos trabalhadores assalariados, produtivos e improdutivos, além dos desempregados, uma vez que estes são o resultado perverso da lógica destrutiva do capital. Entretanto, fiel ao marxismo clássico, considera que o núcleo central da classe trabalhadora continuam sendo os trabalhadores produtivos, ou seja, aqueles que produzem diretamente mais-valia.

Segundo Antunes, o conceito de classe-que-vive-do-trabalho permite incorporar o trabalho precarizado e terceirizado do setor fabril e de serviços, o trabalho *part-time* (todos eles essencialmente femininos e, portanto, muito mal remunerados em relação ao trabalho masculino), o setor de serviços, o trabalho em domicílio etc. Aliás, observe-se de pas-

sagem, a análise da exploração do trabalho feminino sintetiza perfeitamente no que deve consistir um projeto de emancipação das mulheres: uma vez que o capital não só remunera de forma diferenciada os dois sexos, como também se serve do trabalho doméstico, não pago, para se reproduzir, a luta das mulheres para se emanciparem precisa necessariamente dar-se em duas frentes: contra o capital e contra a opressão masculina. Outra forma de trabalho, também abrangida pelo conceito (que está virando moda nos países capitalistas avançados, e que nós já começamos a copiar), é o que ocorre no chamado “terceiro setor”: formas de trabalho comunitário e assistencial, sem fins diretamente lucrativos, que crescem em consequência do desemprego. Antunes vê nessas modalidades de trabalho relativamente à margem do mercado (ONGs, por exemplo) “uma nova forma de mitificação” funcional ao sistema que assim se desobriga de tarefas sociais que lhe eram anteriormente atribuídas. Em resumo, a heterogeneidade da classe-que-vive-do-trabalho não significa de forma alguma que ela tenha desaparecido mas, sim, que se ampliou. É evidente que todas essas diferenciações, inclusive as que acompanham a transnacionalização do capital, dificultam uma luta unificada, tanto nos vários planos nacionais quanto no internacional, como resposta à superexploração a que os trabalhadores estão submetidos. Dificulta, não impede, e Seattle deu o exemplo.

Mas se Antunes tem razão, por que persiste a idéia do fim da sociedade do trabalho? A resposta dada neste livro é a de que “a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do

trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista” (p. 119). Paralelamente a isso ocorre a “redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho a fim de intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido” (p. 119). Em outras palavras, Antunes frisa que *não se deve confundir a tendência do capital a reduzir o trabalho vivo e ampliar o trabalho morto com a extinção do trabalho sem mais.*

Fundado nessa idéia, Antunes opõe-se à tese habermasiana da ciência como “‘principal força produtiva’ em substituição ao valor-trabalho que se teria tornado inoperante” (p. 121) pois, no seu entender, ela ignora a “complexa e contraditória unidade” (p. 122) entre trabalho vivo, ciência e tecnologia. Em outras palavras, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (CT) é determinado pela lógica do capital e não pela lógica das necessidades humanas nem por qualquer impulso imanente. Nessa medida, os interesses do capital tolgem o desenvolvimento de uma CT visando fins humanos. Ou seja, como pensava Marcuse, autor que Habermas critica, CT são ideologia e, por isso mesmo, não se constituem numa força produtiva neutra que se desenvolveria aceleradamente segundo suas próprias exigências internas. A CT, também para Antunes, só se desenvolverão livremente fora da órbita do capital e a serviço das necessidades huma-

nas, ou na terminologia do mesmo Marcuse, a serviço da “pacificação da existência”.

Máquinas inteligentes operando sozinhas (e consumindo) só existem no terreno da ficção científica. O fracasso do projeto Saturno da General Motors é um exemplo da impossibilidade de “automatizar o processo produtivo *desconsiderando* o trabalho” (p. 220). Segundo Antunes, não só as máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores, mas, ao contrário, elas exigem “uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico”.

Em resumo, a transformação do trabalho vivo em trabalho morto, possível a partir do momento em que há uma transferência das capacidades intelectuais dos trabalhadores para os computadores, a redução do trabalho improdutivo nas fábricas (eliminação de várias funções intermediárias que foram incorporadas pelo trabalho produtivo), a ampliação das formas de trabalho intelectual não indicam de modo algum que a teoria do valor-trabalho tenha se tornado obsoleta. Portanto, e esta é a conclusão de Ricardo Antunes, “em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, maior *interpenetração*, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contex-

to da reestruturação produtiva do capital, possibilitando a emergência de processos produtivos pós-tayloristas e pós-fordistas” (p. 223).

Para concluir vejamos qual o diálogo possível entre *Os sentidos do trabalho* e o *Manifesto contra o trabalho*, do grupo alemão Krisis (geousp/labur, 1999), que aborda de maneira diferente as mesmas questões.

No caso de Antunes, a distinção feita por Marx entre trabalho abstrato e trabalho concreto forma o terreno sobre o qual se ergue o seu edifício crítico. O trabalho concreto (*work*) – “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” (Marx, p. 167) – é considerado por ele, em filiação direta com a *Ontologia do ser social* de Lukács, como a categoria fundante da práxis social. Nesse ponto as duas obras se encontram em terrenos diferentes. O apego de Antunes à noção ontológica de trabalho faz-nos lembrar o projeto do jovem Marcuse. Este também procurava no conceito de trabalho, entendido como realização da essência humana, uma fundamentação filosófica para a revolução proletária, projeto que abandonou ao perceber que o importante para uma teoria social crítica consiste em captar as configurações *históricas* do trabalho, independentemente de especulações filosóficas sobre os fundamentos últimos da vida social.

O grupo Krisis é, nesse sentido, herdeiro da teoria crítica e não entra numa discussão a respeito dos fundamentos ontológicos do trabalho — aliás de interesse duvidoso para o atual debate sobre “os sentidos do trabalho”. Por que pensar que a humanização do homem por meio do trabalho constituiria um funda-

mento teórico mais sólido que a humanização pelo tempo livre, pelo ócio? Para Schiller, por exemplo, o jogar, o brincar (das Spiel) era a atividade humana verdadeiramente livre por não visar nenhum fim exterior a si mesma. No terreno minado da especulação filosófica uma teoria vale tanto quanto outra. De qualquer modo, embora considere desnecessário que um projeto político marxista se funde numa teoria sistemática sobre a natureza humana, parece-me que seria mais proveitoso para quem não pensa como eu, caso de Antunes, um diálogo com as ciências, a biologia (especialmente a teoria da evolução e a paleontologia), a antropologia etc. do que a volta à *philosophia perennis* do velho Lukács.

Todavia, naquilo que é fundamental, creio não haver divergências mas tão-somente diferenças de ênfase entre Antunes e o grupo Krisis: falando do ponto de vista de uma sociedade emancipada, em que as barreiras entre tempo de trabalho e tempo livre teriam sido derrubadas, ambos têm como alvo de suas considerações críticas o trabalho abstrato tal como se configurou na época moderna, indissolúvelmente ligado a uma sociedade produtora de mercadorias – com certidão de nascimento e, provavelmente, certidão de óbito –, e não o trabalho como atividade vital, que cria coisas socialmente úteis ou as variadas atividades que os seres humanos exercem visando sua auto-reprodução.

Contudo, Krisis considera que “a sociedade do trabalho está definitivamente no seu fim” (*Manifesto...*, p. 78), idéia que, como vimos, o livro de Ricardo Antunes desmente. Essa divergência talvez possa ser explicada pelo lugar de onde cada um fala. Enquanto Krisis adota

uma perspectiva eurocêntrica, *soixante-huitarde* e semi-anarquista, uma “grande recusa” em bloco das instituições e organizações políticas vigentes, por crer que estão todas infectadas pelo vírus do trabalho abstrato, Antunes está no Brasil. E aqui, já disse alguém sintonizado com os problemas da periferia do capitalismo, como a esquerda está condenada a pensar em termos da superação do subdesenvolvimento sob pena de contribuir para a barbárie reinante, ela não pode ser totalmente negativa.

No Brasil, defender o fim do trabalho, o fim do Estado, o fim da política, significa levar água para o moinho neoliberal. Como vimos, Antunes trata de deixar claro, por meio de um apanhado muitíssimo bem documentado das mais recentes pesquisas empíricas sobre o mundo do trabalho, que, como reivindicação imediata, a defesa do fim do trabalho assalariado na sociedade capitalista significa para os trabalhadores dar um tiro no próprio pé, ainda mais no Brasil. Daí um projeto de esquerda radical, comum a Antunes e Krisis que, entretanto, se encontra misturado em Antunes com uma análise “realista” da atual situação da classe trabalhadora, pois seu objetivo é de fato contribuir para que a esquerda realmente existente no Brasil forje um projeto emancipatório.

Em outras palavras, Ricardo Antunes não fala no vazio; o mesmo já não pode ser dito da revista Krisis da Alemanha. Ao mesmo tempo e paradoxalmente não deixa de ser curioso que o grupo Krisis tenha mais interlocutores no Brasil que no seu próprio país de origem. Talvez por mostrar que a luta por trabalho no plano das reivindicações imediatas não tem, na verdade, nada de libertador (a divisa dos

campos de concentração nazistas era “o trabalho liberta”), que ela significa de fato manter-se prisioneiro da sociedade produtora de mercadorias. Krisis seria assim para a esquerda brasileira uma espécie de consciência crítica mais radical, necessária para equilibrar nossa excessiva tendência afirmativa. Se, como socialistas, nosso objetivo é “eliminar integralmente o capital” (p. 235), o trabalho abstrato, lutar por uma produção “voltada para valores de uso e não valores de troca” (p. 247), que siga seu próprio ritmo e não o ritmo do capital, derubar os muros que separam trabalho e tempo livre e, ainda por cima, dada a origem etimológica negativa da palavra

trabalho, para não falar da sua instauração compulsória e violenta no mundo moderno, não faria mais sentido lutar pela superação do trabalho, ou pelo “direito à preguiça”, como quer Lafargue? Será que o enorme sucesso do livro de Viviane Forrester, *O horror econômico*, junto aos desempregados europeus não ocorreu por eles terem percebido que podiam reivindicar sem culpa uma vida cheia de sentido independentemente de venderem sua força de trabalho? Enfim, questões suscitadas pelo mais que oportuno livro de Ricardo Antunes, uma contribuição notável a um projeto alternativo socialista, tão necessário à esquerda desorientada.

Maria Orlanda Pinassi

Três devotos, uma fé, nenhum milagre. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.
Marcelo Ridenti (professor de Sociologia da Unicamp).

Maria Orlanda Pinassi levanta uma tese sugestiva em seu livro sobre a revista *Niterói*, publicada em Paris, em 1836. Saíram apenas dois números, com pouca circulação, sob responsabilidade de Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre, mas a revista é considerada pelos críticos como um dos marcos do início do romantismo no Brasil, o que Pinassi questiona. Para ela, inspirada teoricamente em abordagens sobre o romantismo de autores marxistas, especialmente Lukács e Löwy, se a revista “lançou mão das formas românticas, o fez de maneira a torná-las instrumentos de oposição a uma realidade adversa ao capitalismo. Sem a essência

anticapitalista, na verdade, da revista *Niterói* não emana uma visão de mundo propriamente romântica” (p. 163-164).

Noutras palavras, se o romantismo tem em sua essência estar na contramão da modernidade capitalista, como “uma visão de mundo elaborada para resistir às ameaças contra a destruição humana pela lógica do capital” (p. 24) – eis a premissa assumida, que está longe do consenso entre as diversas correntes de estudiosos do romantismo –, então a *Niterói* não podia ser romântica, na medida em que a modernidade capitalista não se constituía na sociedade brasileira da época, latifundiária e escravocrata. Também seus autores revelavam qualquer

LOUREIRO, Isabel. Resenha de: ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho - ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.177-183.

Palavras-chave: Trabalho; Sociedade contemporânea; Valor de uso; Valor de troca.